



Senado define hoje nomes para compor a Mesa em 2019 e 2020

Cada cargo na Mesa pode ficar com um partido diferente: PSDB, PSD, Podemos, MDB, PSL, PP, PT, PSB, PDT e PPS, o que reflete a atual homogeneidade entre as bancadas

Jonas Pereira/Agência Senado



Davi Alcolumbre comanda a reunião com os líderes e se diz otimista com uma definição rápida no Plenário, em chapa única e sem candidaturas avulsas

Os senadores devem escolher hoje os demais nomes que comporão a Mesa com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em reunião ontem, os líderes partidários desenharam uma composição com PSDB e Podemos nas Vice-Presidências e PSD na Primeira-Secretaria.

Maior bancada, o MDB deve ficar com a Segunda-Secretaria. A Terceira-Secretaria pode ir para o PSL, e a quarta, para PP ou PT. O partido não contemplado ficará com a primeira das quatro suplências. Os demais cargos suplementares devem ser de PDT, PSB e PPS.

A composição sem repetição de partidos em diferentes cargos é uma novidade na montagem da Mesa e reflete a homogeneidade entre as bancadas. **3**

Mais verbas e melhor gestão são desafios do governo para o SUS

O SUS completou 30 anos em 2018 com recursos suficientes apenas para despesas básicas. Especialistas dizem que encontrar saídas para o sistema, que atende mais de 200 milhões, é um dos grandes desafios do governo. **4**

Lia de Paula/Agência Senado



Pacientes esperam atendimento no Hospital de Base, o maior de Brasília

Propostas do Senado e da Câmara já têm numeração única

Entrou em vigor a numeração única de propostas em tramitação no Congresso. Senado e Câmara adotaram a nova regra para simplificar o acompanhamento do processo legislativo pela população. **2**

Projeto sobre voto aberto pode tramitar em regime de urgência

A proposta que acaba com o voto secreto para a escolha do presidente e de outros cargos do Senado pode tramitar em regime de urgência. O pedido para acelerar a tramitação já tem ao menos 19 assinaturas. **2**



Isac Nobrega/PR

A barragem da Vale no município mineiro se rompeu no dia 25 de janeiro

Requerimento para criar CPI de Brumadinho será lido amanhã

O Senado pode ter uma CPI para investigar as causas do rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG). O requerimento com 31 assinaturas deve ser lido amanhã em Plenário.

Se aprovada, a CPI deve, em 180 dias, identificar os responsáveis pela tragédia, que matou pelo menos 142 pessoas. Segundo o Corpo de Bombeiros, 194 vítimas ainda estão desaparecidas. **3**

Texto reduz idade para considerar deficiente idoso **3**

Policiais grevistas de 3 estados podem ser anistiados **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Projeto para voto aberto no Senado pode tramitar em regime de urgência

Pedido para acelerar tramitação de texto que acaba com votação secreta para escolha de presidente já tem pelo menos 19 assinaturas

A PROPOSTA DO senador Lasier Martins (PSD-RS) que acaba com o voto secreto para presidente e outros cargos do Senado está recebendo o apoio de outros parlamentares para tramitar em regime de urgência. Até a tarde de ontem, 19 senadores haviam assinado a lista, incluindo quatro líderes partidários, que representam toda a bancada, o que garante o número mínimo necessário de 21 apoiantes.

Lasier, no entanto, acredita que o número de adesões vai aumentar, visto que outros que já assumiram a preferência pelo voto aberto ainda não assinaram:

— Os senadores novatos que estão chegando trouxeram consigo esse princípio da transparência, tanto que muitos declararam seus votos na última eleição para presidente da Casa.

Lasier já vinha defendendo o voto aberto desde o ano passado. Em dezembro, ele chegou a apresentar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a garantia de voto aberto na eleição para presidente do

Senado. O relator, ministro Marco Aurélio Mello, concedeu liminar favorável, mas o presidente do STF, Dias Toffoli, derrubou a decisão semanas depois, atendendo a um pedido do próprio Senado.

Na eleição que resultou na vitória de Davi Alcolumbre para o comando do Senado, a questão voltou a ser motivo de divergências. A reunião que escolheria o novo presidente, na sexta-feira, teve de ser suspensa após mais de cinco horas de embates entre os senadores.

Houve uma votação em que 50 parlamentares apoiaram a abertura dos votos e apenas 2 foram contra. Porém, uma nova decisão de Toffoli reafirmou que o voto na eleição para presidente da Casa deveria ser secreto, o que foi seguido pelo Senado.

Regimento

O Projeto de Resolução (PRS) 53/2018 modifica o Regimento Interno do Senado para acabar com o voto secreto nas eleições para presidente e vice-presidente da Casa, para secretários e suplentes



O autor, Lasier, espera novas assinaturas para a urgência do projeto

da Mesa e para presidentes e vices das comissões temáticas.

O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e é defendido pelos parlamentares que pregam a necessidade de transparência no Legislativo e o direito do cidadão de saber a opinião de seu representante.

Até agora assinaram a lista os senadores Eduardo Girão (Pode-CE), Jorge Kajuru (PSB-GO), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Styvenson Valentim (Pode-RN), Nelsinho Trad (PSD-MS), Lucas Barreto (PSD-AP), Alessandro Vieira (PPS-SE), Major Olímpio (PSL-SP), Carlos Viana (PSD-MG), Reguffe (sem partido-DF),

Luis Carlos Heinze (PP-RS), Selma Arruda (PSL-MT), Roberto Rocha (PSDB-MA), Jorginho Mello (PR-SC), Elmano Férrer (Pode-PI), Soraya Thronicke (PSL-MS), Simone Tebet (MDB-MS), Leila Barros (PSB-DF) e Marcos Rogério (DEM-RO).

Se aprovado o projeto, as votações secretas no Senado ficarão restritas à escolha de autoridades (como embaixadores), à suspensão das imunidades de senador durante estado de sítio, à exoneração do procurador-geral da República, ou por “determinação do Plenário”, conforme o Regimento Interno do Senado.

Sessão especial vai comemorar 40 anos de fundação da ANPT

Os 40 anos de fundação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), que existe desde 7 de fevereiro de 1979, serão celebrados em sessão especial no Plenário do Senado, marcada para amanhã, às 14h.

A sessão para celebrar a entidade de classe que reúne os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) deve reunir associados, membros da diretoria e ex-presidentes da ANPT, assim como parlamentares e autoridades dos três Poderes.

A homenagem foi requerida pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Paulo Rocha (PT-PA) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e pelos ex-senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Marta Suplicy e Regina Sousa.

A ANPT luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e das prerrogativas dos procuradores e atua no debate contra as desigualdades sociais, a discriminação e a exploração do trabalhador.

Senado e Câmara unificam numeração de projetos

A numeração única das proposições em tramitação no Congresso Nacional já está em vigor. Ontem 14 propostas apresentadas na Câmara adotaram a nova nomenclatura, que torna mais simples o acompanhamento do processo legislativo pela população. Para entender as mudanças, é só acessar o [hotsite Senado](http://leg.br/simplificou).

A partir de agora, está unificada a numeração de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e projetos de decreto legislativo. As proposições legislativas, que precisam passar pela avaliação tanto dos senadores quanto dos deputados, manterão o mesmo

número quando estiverem em uma Casa ou na outra. Também foram unificadas as siglas que designam cada uma dessas proposições.

Senado e Câmara usavam nomenclaturas diferentes, o que causa confusão para quem deseja acompanhar a tramitação e se manter informado sobre a situação das propostas.

O novo sistema se aplicará a todas as propostas apresentadas a partir de fevereiro de 2019. Os projetos já em tramitação não serão alterados, apenas quando, a partir de agora, passem de uma Casa para a outra. Nesses casos, receberão uma nova numeração, já dentro da nova lógica,

que manterão até o final da sua trajetória (aprovação final, rejeição ou arquivamento).

A numeração unificada seguirá um ciclo anual. A primeira proposição de cada tipo a ser apresentada em qualquer uma das Casas num determinado ano receberá o número 1, separado por uma barra do número do ano em que começou a tramitar, como já é feito hoje em dia, e iniciará o seu ciclo no Legislativo. Ao fim do ano, a sequência será zerada e a numeração será reiniciada, sempre acompanhada do número do ano vigente. Até o ano passado, a numeração dos projetos obedecia às regras específicas de cada Casa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Eleição da Mesa

15h Terceira sessão preparatória da 56ª legislatura, para eleger os membros da Mesa para os próximos dois anos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre

Os demais membros da Mesa do Senado para os anos de 2019 e 2020 ainda não foram eleitos.

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Chapa única deve marcar eleição da Mesa hoje

Funções deverão ficar com PSDB, PSD, Podemos, MDB, PSL, PP, PT, PSB, PDT e PPS. A composição, definida pelos líderes, reflete a homogeneidade entre as bancadas

EM REUNIÃO ONTEM, os líderes partidários desenharam uma composição para a Mesa que deve ter o PSDB e o Podemos nas Vice-Presidências e o PSD na Primeira-Secretaria. A eleição para definir os nomes acontecerá hoje, às 15h.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comandou a reunião e afirmou estar otimista com uma definição rápida no Plenário, em chapa única e sem candidaturas avulsas.

— Estamos construindo um acordo dentro dos critérios que estabeleci no meu discurso logo após a eleição. Precisamos pacificar a Casa. Os interesses dos partidos estão sendo debatidos democraticamente no gabinete do presidente — afirmou.

O MDB, maior partido no Senado, deve ficar com a Segunda-Secretaria. A Mesa teria ainda o PSL na Terceira-Secretaria. A única dúvida fica por conta da Quarta-Secretaria, para a qual PP e PT ainda disputam a indicação. O partido não contemplado fica-

rá com a primeira das quatro suplências. Os demais cargos suplementares ficarão com o PDT, o PSB e o PPS.

Se confirmado o acordo entre os líderes, apenas o PSDB, na Primeira-Vice-Presidência, manterá a mesma posição que detinha na Mesa anterior. O PR, que ocupava uma suplência, deixará de fazer parte da direção. E o PPS e o PDT voltarão a ter representantes. O Podemos e o PSL serão estreates na Mesa.

A composição sem repetição de partidos em diferentes cargos é uma novidade na montagem da Mesa e reflete a homogeneidade entre as bancadas que marca o início desta legislatura no Senado. No biênio anterior, por exemplo, o MDB ocupava três cadeiras, e o PSDB, duas.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o tamanho das bancadas não pode ser o único critério para distribuição de lugares na Mesa.

— A ideia é ter uma composição que atenda, sempre



Davi Alcolumbre se reúne com os líderes partidários para definir os partidos que ocuparão lugares na Mesa

que possível, a proporcionalidade e a aliança que levou à eleição do presidente Davi Alcolumbre. É um direito o surgimento de candidaturas avulsas e o Plenário é soberano, mas acho que chegamos a um entendimento.

Líder do MDB, Eduardo Braga (AM) ressaltou que o partido espera ser contemplado da forma mais adequada. Ele evitou antecipar uma disputa

por postos mais importantes e mencionou também a distribuição das presidências de comissões, que ficará para a próxima semana.

— O MDB vem reivindicando aquilo que é do tamanho da proporcionalidade que a eleição deu à nossa bancada. Esperamos ser respeitados da mesma forma como respeitamos todos os partidos.

Após a reunião, o senador

Major Olimpio (PSL-SP) reconheceu que houve manifestações de “discordância” em relação aos critérios usados para montar a Mesa, mas relatou que o clima foi amistoso. Entretanto, não eliminou a possibilidade de uma disputa.

— Não dá para dizer que não haverá candidaturas avulsas amanhã. Isso é critério de cada bancada. Mas creio em uma votação tranquila e célere.

CPI sobre Brumadinho já tem 31 assinaturas

O Senado pode ter uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas do rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG). O requerimento com 31 assinaturas deve ser lido amanhã em Plenário. O Regimento Interno exige o apoio de 27 parlamentares. O desastre ocorrido no dia 25 de janeiro provocou a morte de pelo menos 142 pessoas. De acordo com o Corpo de Bombeiros, 194 vítimas ainda estão desaparecidas.

O requerimento sugere que a CPI seja composta por 11 titulares e 7 suplentes. Em 180 dias, os senadores devem identificar os responsáveis pela tragédia e sugerir providências para evitar novos desastres. O autor do pedido, Otto Alencar (PSD-BA), classifica o rompimento da barragem como uma “catástrofe criminosa”.

— Com o rompimento da barragem, 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos vazaram pela região, deixando um rastro e destruição e morte. A lama com rejeitos de minério de ferro fez desaparecer o refeitório, que estava lotado de funcionários no momento da tragédia e o centro administrativo — lembra o senador.

Carlos Viana (PSD-MG) assinou o requerimento para a criação da CPI e disse que a comissão vai dar uma



Para Otto, autor do pedido, rompimento deixou “rastros de morte”

resposta a Minas Gerais e ao Brasil. O senador destacou que o foco dos trabalhos deve ser o aperfeiçoamento da legislação.

— A CPI não tem caráter punitivo porque, em uma tragédia como essa, precisamos primeiro entender o que aconteceu. O caráter punitivo vem pela Justiça. A proposta é identificar onde a legislação falhou. O grande problema hoje é a fiscalização. Tivemos a criação da Agência Nacional de Mineração, mas ela não pode terceirizar os laudos ou contratar empresas especializadas. Tem que fazer os laudos e a fiscalização apenas com seus servidores. São 81 em Minas Gerais, e só 3 especialistas em barragens. Amarraram as mãos da agência, e nós precisamos corrigir os rumos — afirmou.

Depois da leitura do re-

querimento em Plenário, a Secretaria-Geral da Mesa deve confirmar que o pedido tem as 27 assinaturas exigidas pelo Regimento Interno. Só depois disso os líderes dos partidos indicam os senadores para compor a comissão.

A CPI tem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais. Os integrantes podem realizar diligências, convocar ministros, tomar depoimentos, inquirir testemunhas e requisitar informações. O prazo dos trabalhos pode ser prorrogado automaticamente, se houver o pedido de 27 senadores. No final dos trabalhos, a comissão pode propor mudanças na legislação. O colegiado pode ainda encaminhar suas conclusões ao Ministério Público e propor a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Idade para declarar idosa pessoa com deficiência pode diminuir

Começou a tramitar no Senado projeto que permite reduzir a idade mínima para a pessoa com deficiência ser considerada idosa. Aprovada na Câmara dos Deputados em novembro de 2018, a proposta prevê que uma pessoa com deficiência possa antecipar sua classificação como idosa para os 50 anos ou até antes.

O PL 401/2019, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Ci-

dadania da Câmara em caráter conclusivo em dezembro. A proposta modifica o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003), que classificou a pessoa como idosa a partir dos 60 anos.

Caso siga a tramitação que teve na Câmara, a proposta também poderá ter caráter terminativo e ser aprovada em uma comissão sem precisar passar pelo Plenário do Senado, caso não haja recurso contrário assinado por pelo menos nove senadores.

Projeto concede anistia a policiais e agentes grevistas de MG, ES e CE

Chegou ao Senado projeto que concede anistia aos policiais militares do Ceará e do Espírito Santo que participaram de movimentos grevistas entre 1º de janeiro de 2011 e 7 de maio de 2018 (PL 395/2019). A anistia também alcança militares, policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais que participaram de movimentos no mesmo período.

O projeto é de autoria do ex-deputado Alberto Fraga, que é militar da reserva. Ele registra que a Constituição elenca “vedações a esses profissionais, de modo que eles possuem menos de um terço dos direitos trabalhistas, e entre as vedações se incluem

a sindicalização e a greve”. Contudo, de acordo com o autor, deve sempre existir uma contraprestação do Estado, que possui “encargos para com esses profissionais, de modo a não deixar suas condições de trabalho análogas à de escravo”.

Nas greves, os militares reclamavam de atrasos no pagamento, falta de aumento no salário e más condições de trabalho. Assim, segundo Fraga, seria justa a anistia proposta pelo projeto.

A anistia, no entanto, não atinge os crimes próprios de militar, previstos no Código Penal Militar, de 1969, e os crimes comuns previstos no Código Penal.

Financiamento do SUS é desafio para governo

Sistema completou 30 anos em 2018 e atende mais de 200 milhões de pessoas, das quais 80% dependem exclusivamente dele. Especialistas pedem verba e melhor gestão

GRANDES TEMAS

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) completou 30 anos em 2018 com a estatura de um gigante. Criado pela Constituição de 1988 para transformar em realidade um de seus grandes avanços — o direito de todos os brasileiros à saúde —, o SUS hoje cobre mais de 200 milhões de pessoas, 80% delas dependentes exclusivamente do sistema para qualquer atendimento.

Mas essa cobertura universal, que dá ao SUS o título de uma das maiores redes de saúde pública do mundo, também representa um enorme desafio para o novo governo: gerir e financiar esse colosso. O Orçamento da União deste ano destina ao setor R\$ 132,8 bilhões. Em 2018, foram autorizados gastos de R\$ 130 bilhões, dos quais apenas R\$ 108 bilhões acabaram executados.

Parece muito dinheiro, mas o valor cobre apenas as despesas de manutenção, sem margem para investimento.

Essa situação é percebida pelos pacientes, que reclamam da demora no atendimento, dificuldade na marcação de consulta e cirurgia e falta de médicos e de medicamentos.

Para especialistas, é necessário aumentar as verbas e melhorar a administração dos recursos, como destaca o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital.

— Nos últimos oito anos, tivemos 34 mil leitos fechados. Do orçamento da saúde, que já não é suficiente, deixaram de ser utilizados R\$ 174 bilhões [desde 2003]. É mais que o orçamento de um ano. Então, falta orçamento adequado, infraestrutura e competência para se utilizar bem o pouco do que se dispõe.

Falta investimento

Em novembro, o CFM divulgou um estudo que mostra que o investimento público brasileiro em saúde é baixo em comparação ao de países com sistemas semelhantes de cobertura universal. De acordo com o levantamento, o gasto governamental médio por habitante em 2017 foi de R\$ 1.271,65 (cerca de US\$ 340), somando todas as esferas. No Reino Unido, por exemplo, o gasto per capita foi dez vezes maior: US\$ 3,5 mil, valor semelhante aos aplicados por França e Canadá, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Mesmo a Argentina, com US\$ 713, investiu mais do que o dobro.

Além do baixo investimento per capita, a participação pública no total de gastos em saúde é insuficiente, dizem especialistas. No Brasil, os cofres



Macas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: nos últimos oito anos, 34 mil leitos foram fechados no Sistema Único de Saúde

governamentais custeiam 43% das despesas totais no setor. O restante é arcado pelas famílias com serviços de saúde privados, como planos de saúde e compra de medicamentos.

— Nenhum país do mundo que se propõe a fazer um sistema único de saúde tem um financiamento por parte do governo central de menos de 65%. O primeiro problema é a falta de financiamento adequado, seguido de perto pela questão da falta de gestão adequada, de políticas adequadas — avalia o presidente da Associação Médica Brasileira, Lincoln Lopes Ferreira.

Ao mesmo tempo em que sofre com subfinanciamento, o SUS vê crescer a demanda, motivada por mudanças nos perfis socioeconômico e epidemiológico dos brasileiros. Entre elas, o envelhecimento, o aumento dos acidentes de trânsito e da violência e o desemprego — que fez com que quase 3 milhões abandonassem os planos de saúde nos últimos anos, aumentando a procura pela rede pública.

Melhoria de gestão

Em seu plano de governo, no entanto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, indicou que não pretende aumentar o percentual da saúde, afirmando que “é possível fazer muito mais só com os atuais recursos”. O novo ministro da Saúde, o ex-deputado federal e médico Luiz Henrique Mandetta, sustenta que a saída é melhorar a gestão e o controle do dinheiro. Na posse, ele afirmou que o ministério deve reduzir custos, com maior eficiência nos gastos. Mandetta prometeu, porém, que não haverá retrocessos.

— Vamos cumprir os desafios cons-

titucionais. Saúde é direito de todos e dever do Estado.

O dinheiro que pode ajudar a melhorar o sistema anda cada vez mais raro. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 95, que determina um teto para os gastos públicos, a situação tende a piorar, temem especialistas.

Pela lei, cada ente federativo deve investir na saúde percentuais mínimos dos recursos arrecadados. Estados e o Distrito Federal precisam destinar pelo menos 12% do total de seus orçamentos. No caso dos municípios, o índice é de 15%. Para a União, a regra determina a aplicação mínima de 15% da receita corrente líquida. Com a EC 95, que vale por 20 anos, o aumento de despesas do governo em relação a esse valor mínimo fica limitado à inflação do ano anterior — e pode até ficar abaixo da variação inflacionária, como ocorreu no ano passado.

Com o risco de queda de investimento, o SUS pode se transformar em pesadelo para usuários e gestores. Segundo o coordenador da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde, Luiz Augusto Facchini, a saída seria suspender a emenda.

— Que o governo, na sua relação com o Congresso e com a sociedade, suspenda o efeito da emenda e passe a ter maior liberdade, com equilíbrio fiscal e controle das contas públicas, de fazer investimento maior no SUS sem o impedimento dessa norma.

Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Grazielle David também avalia que um primeiro passo para melhorar o custeio do setor seria revogar a Emenda do Teto de Gastos. Para garantir a responsabilidade

fiscal sem comprometer o direito ao atendimento, ela sugere medidas para aumentar a arrecadação.

— Uma delas seria uma reforma tributária progressiva, que permitiria promover justiça fiscal e social, redistribuir a carga e melhorar a arrecadação. Com maior valor arrecadado, daria para direcionar mais recursos ao financiamento de políticas e aplicar mais em investimentos sociais, que estão muito baixos — afirma.

Mortalidade infantil

A falta de recursos é apontada como uma das causas do aumento da mortalidade infantil no país. Desde a década de 90, o Brasil vinha conseguindo reduzir a taxa ano a ano. Em 2016, no entanto, o índice subiu 4,8%: para cada mil crianças nascidas, 14 morreram com menos de um ano.

De acordo com o Ministério da Saúde, o aumento foi provocado pelo surto de zika, por doenças associadas a ele e também à crise econômica. Para a Sociedade Brasileira de Pediatria, no entanto, um outro fator pode ser associado: a redução da cobertura vacinal nas crianças.

Mesmo assim, o SUS tem bons resultados para mostrar. Hoje os brasileiros envelhecem com mais qualidade e morrem mais tarde. Nos anos 80, a expectativa de vida era de 69 anos. Em 2018, de 76 anos. O mérito é do SUS, diz Luiz Augusto Facchini

— A Estratégia Saúde da Família do SUS cobre mais de 130 milhões de brasileiros com cerca de 40 mil equipes de Saúde da Família. Outro elemento importante foi a universalização da alta complexidade, que são aqueles procedimentos caros, especializados, realizados em lugares de ponta para o atendimento, por exemplo, do tratamento de câncer ou transplantes.

Para o Conselho Nacional de Saúde, o diferencial do SUS é que ele não visa ao lucro.

— O diferencial do SUS é que ele coloca no centro da atividade a vida, e não o negócio. O centro do sistema é fazer com que as pessoas não sofram, vivam mais e melhor. É o centro do que o Brasil colocou em sua Constituição.

Desafios do SUS



Fonte: Portal do governo federal